

6TA BIENAL – COLOQUIO DE TRANSFORMACIONES TERRITORIALES

Área Temática 4 – La nueva ruralidad

Título: “Da ruralidade ao desenvolvimento sustentável, um modelo teórico-metodológico”

Mario Riedl¹

Cláudio Machado Maia²

Lígia Margarete Mallmann³

Curriculum resumido dos autores:

Mario Riedl. Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: mriedl@unisc.br

Cláudio Machado Maia. Economista, Especialista em Controladoria, Mestrando e bolsista da CAPES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: claudiomaia@pop.com.br

Lígia Margarete Mallmann. Bacharel em Administração de Empresas, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: ligiam@univates.br

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO E DOUTORADO

RESUMO:

Apresentamos o tema desenvolvimento sustentável, surgimento e conceitos associados à sua definição; e a noção de sustentabilidade incorporada à questão ambiental. Inicialmente apresenta-se a noção de desenvolvimento como aplicável universalmente, um bem para todos negando as particularidades dos povos. Uma idéia de desenvolvimento geralmente adotada “de cima para baixo” até podendo algumas vezes alcançar crescimento econômico razoável. Tanto em países ricos quanto nos pobres, esse modelo gera desigualdades, mostrando-se insustentável, especialmente na agricultura. Do Clube de Roma e Conferência de Estocolmo (ambos em 1972), até a Rio 1992, tentou-se contextualizar e problematizar “sustentabilidade” nos discursos e ações dos segmentos sociais. Reconhecendo múltiplas posições, destacam-se dois pólos principais do pensamento de desenvolvimento sustentável: o mainstream e as contra correntes (aspiram mudanças radicais). Usos variáveis e a evolução do termo “desenvolvimento sustentável” trazem incertezas na definição de sustentabilidade, não havendo consenso em conceituar e promover o próprio “desenvolvimento”. Limites e desafios das políticas e projetos de desenvolvimento sustentável evidenciam dificuldade em teorizar e praticar esta noção ambígua. Duas propostas são apresentados para questionar e refletir o futuro do desenvolvimento sustentável. Questiona-se o que está em jogo: democracia, cidadania ou poder hegemônico do capital? Finalmente, apresenta-se uma proposta metodológica para implementar políticas públicas.

I. ORIGENS E CONTEXTUALIZAÇÃO: *Uma trajetória do desenvolvimento sustentável - antes e depois do ecodesenvolvimento*

¹ Doutor em Sociologia, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: mriedl@unisc.br
do Sul - UNISC

² Economista, Especialista em Controladoria, Mestrando e bolsista da CAPES do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: claudiomaia@pop.com.br

³ Bacharel em Administração de Empresas, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz. E-mail: ligiam@univates.br

Numa tentativa de organizar as raízes principais do desenvolvimento sustentável, que Godard vai chamar de “uma noção no cruzamento de origens múltiplas” (1997: p. 109), nos propomos a separação entre o que veio antes, ou seja, as raízes do ecodesenvolvimento e o que veio logo depois: o desenvolvimento sustentável. Lembrando outros trabalhos, estudos e seminários que trataram das origens e da evolução de ambientalismo e do ecologismo, da idéia de desenvolvimento, e da economia ecológica, entre outros, começamos com uma breve revisão histórica desses acontecimentos e mudanças ao longo do tempo, destacando o surgimento de uma consciência e preocupação, e até um prognóstico catastrófico - ligado ao pensamento neomalthusiano – até o final da década de sessenta.

A segunda Revolução Agrícola Contemporânea, como uma nova etapa histórica da agricultura é evidenciada no período entre o final do século XIX e início do século XX, principalmente na Europa e Estados Unidos. Uma série de descobertas científicas, aliadas ao desenvolvimento tecnológico (fertilizantes químicos, motores de combustão interna, melhoramento genético de plantas) acabou por impor novo padrão de desenvolvimento para a agricultura. Mudanças como a redução da importância da rotação das culturas, o progressivo abandono do uso da adubação verde e do esterco na fertilização, a separação da produção animal da vegetal e, principalmente, a indústria passando a absorver algumas etapas do processo de produção agrícola. Na década de 70 outros autores ampliaram estas críticas, incluindo questões como desigualdades econômico-sociais como resultado da Revolução Verde (KLOPPENBURG, 1991), erosão de solos, contaminação de águas por agrotóxicos, aumento do número de pragas e doenças, destruição de habitats naturais, erosão genética e aumento da instabilidade econômica e social das comunidades de agricultores familiares (CROUCH, 1995; ALLEN, 1993). A agricultura moderna, o desenvolvimentismo e a Revolução Verde provocaram manifestações e críticas. Este padrão de desenvolvimento apresenta problemas, pois a partir das primeiras críticas aos efeitos ecológicos da Revolução Verde surge a idéia ou noção de sustentabilidade à medida que aparecem as primeiras manifestações contrárias aos efeitos ecológicos causados pela intensa utilização dos recursos tecnológicos, colocando a preocupação com o meio ambiente.

Como apresentado em diversos estudos sobre o global e o local, e outros, nem a publicação do Clube de Roma, nem a conferência de Estocolmo caíram do céu, mas foram a consequência de muito debate sobre os riscos da degradação do meio ambiente e as críticas sobre os impactos dos projetos de desenvolvimento ao longo dos anos 60 e 70. Estocolmo marca a primeira grande discussão internacional que tenta juntar a questão do meio ambiente com a questão de desenvolvimento. Nesta parte da apresentação foram apresentadas as raízes, as mais conhecidas, do pensamento de desenvolvimento sustentável.

CLUBE DE ROMA – *Limites do Crescimento* (1972)

O *Limites do Crescimento* (1972) é um documento criado por um grupo internacional com o apoio de empresas multinacionais européias. “Para alcançar a estabilidade econômica e ecológica,

Meadows *et al.* propõe o congelamento do crescimento da população global e capital industrial; mostram a realidade dos recursos limitados e rediscutem a velha tese de Malthus do perigo do crescimento desenfreado da população mundial” (Brüseke, 1995: 30). Foi neste contexto da noção da ‘crise global’ (crescimento da população, degradação ambiental e limites de produtividade) - durante os anos 60 e 70 – que houve uma contribuição para a emergência da idéia de desenvolvimento sustentável na cena política internacional.

CONFERÊNCIA DE ESTOCOLMO (1972)

Muitas vezes vista como o evento central da emergência da idéia de desenvolvimento sustentável, especialmente na agenda internacional. Divisões entre os países do Norte e do Sul surgiram em parte por causa da influência do neomalthusianismo e motivações duvidosas (direitos aos recursos naturais, etc.). O evento foi dominado pelos interesses dos países industrializados, mas com a tentativa de incluir e convencer os países do Sul da necessidade dos acordos ambientais internacionais. Uma idéia central foi de que os interesses do meio ambiente podem ser integrados com os programas de desenvolvimento, sem ter impactos negativos.

Estratégia Mundial para a Conservação (WWF, IUCN, UNEP: 1980)

A *Estratégia Mundial para a Conservação* é um documento que foi influenciado pelas idéias do ecodesenvolvimento, e que representou duas décadas de pensamento conservacionista. Foi uma tentativa de inserir princípios e idéias de conservação e preservação nas estratégias de desenvolvimento, em que o desenvolvimento deve servir como uma maneira de proteger em vez de degradar. Ainda neste documento permanece a forte influência das teorias neomalthusianas. Sem foco nos aspectos econômicos e políticos, este documento, principalmente teórico, trata de desenvolvimento com conservação, sem compreender o pensamento desenvolvimentista. A questão de sustentabilidade entra mais fortemente no documento, mas sem recomendações práticas. O documento apresenta três categorias de prioridades: processos ecológicos, diversidade genética e utilização sustentável de recursos, e também introduziu a questão da sustentabilidade na agricultura.

RELATÓRIO BRUNDTLAND - *Our Common Future* (1987)

A origem do evento na Assembléia Geral das Nações Unidas ofereceu mais legitimidade que os outros eventos anteriores. Incorporou elementos ao debate sobre o desenvolvimento sustentável dentro do contexto econômico e político de desenvolvimento internacional, e fortaleceu a posição do tema do meio ambiente na agenda política internacional. O relatório apresentou medidas a serem tomadas ao nível do Estado Nacional e ao nível internacional, ambas vagas e não muito práticas. O documento não mudou a paisagem intelectual do pensamento desenvolvimentista, mas acrescentou a idéia de sustentabilidade, numa posição longe de poderosa, e com uma postura mais reformista (ADAMS, 2001; GODARD, 1997; BRÜSEKE, 1995).

RIO 1992 (UNCED)

O grande evento no Rio de Janeiro (com nove mil representantes só da imprensa) é reconhecido como contraditório em si – as favelas ao lado do evento de alto custo e de nível mundial sobre sustentabilidade e desenvolvimento. Com esse evento a interligação entre desenvolvimento sócio-econômico e as transformações no meio ambiente, durante décadas ignorada, entrou no discurso oficial da maioria dos governos do mundo (BRÜSEKE, 1995).

RIO 1992 (UNCED) AGENDA 21

A *Agenda 21* é o documento mais importante, e o maior (*apenas* 600 páginas), entre vários outros, e ofereceu a base para vários tipos de ação em busca de ‘sustentabilidade’, mas não faz nenhum deles obrigatório. Junto com o *Relatório Brundtland*, construiu o pensamento *mainstream* do desenvolvimento sustentável. O documento, como o evento em geral, não concretizou o que significa desenvolvimento sustentável, não criou uma estrutura nem uma idéia de prazo para cumprir as ações, e o debate continuou com a mesma força (ADAMS, 2001; GODARD, 1997).

FÓRO GLOBAL - (EVENTO PARALELO AO RIO 92)

A segregação entre os poderes globais (incluindo governos, ONGs mais reconhecidas e a imprensa) e os grupos de menor visibilidade, já em 1992, demonstra a tendência de centralização do poder no desenvolvimento *mainstream*, e pouco para os modos alternativos, e muito menos pelas contra correntes. Com esta separação o evento central perdeu legitimidade e muitos participantes comentaram que foi uma grande chance perdida.

Nesta parte concluiu-se as raízes iniciais que introduziram os estudos e o pensamento em torno da preocupação com o meio ambiente nos projetos e processos de desenvolvimento. A partir de então entramos com a problemática que envolve a significação do tema em questão.

II. O QUE É DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

Se fossemos realizar um jogo de palavras, no qual vários atores sugerissem conceitos, idéias ou termos que nas suas concepções pudessem definir desenvolvimento sustentável, tal dinâmica demonstraria a dificuldade de se obter uma definição universal do tema, dada a multiplicidade de significados de desenvolvimento sustentável. Com certeza, chegaríamos à conclusão que existem múltiplas tentativas de se definir sustentabilidade. Nossa interpretação do jogo seria de que a diversidade de respostas demonstraria a concepção de que desenvolvimento sustentável ainda tem poder e oferece possibilidades e até talvez alguma solução em face dos problemas atuais com sustentabilidade. A partir desse jogo introduziríamos a problemática existente e as diversas concepções de vários autores, em torno da dificuldade de definição de ambos desenvolvimento e sustentabilidade.

Para Keeney (1990), desenvolvimento sustentável apresenta diferentes significados para diferentes pessoas. Apesar do termo ser muitas vezes utilizado como se o consenso em relação ao seu significado realmente existisse (REDCLIFT, 2002). Diferentes significados revelam diferentes, e muitas vezes conflitantes, valores, percepções e visões políticas a respeito de como a agricultura, a indústria, o comércio, deveriam desenvolver-se, e de como os recursos naturais deveriam ser utilizados. Consequentemente, uma definição única, clara, precisa e internacionalmente aceita é impossível (PRETTY, 1995).

Apresentamos a definição que parece melhor demonstrar um certo consenso por ser a mais conhecida. “Desenvolvimento sustentável é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades” (citado em BRÜSEKE, 1995). Como interpretar esta definição?

Levanta-se a questão a respeito de quem determina as necessidades das populações, no presente e no futuro. Em resposta, levantamos a seguir, o questionamento de quem é quem neste jogo.

III. QUEM É QUEM? *Os dois pólos: o mainstream e as contra correntes; de cima para baixo e de baixo para cima; winners and losers.*

“Depois de 1992, novos regimes ambientais internacionais foram estabelecidos para ajudar implementar os princípios de Desenvolvimento Sustentável (op.cit.). Esses regimes são processos legais, institucionais e políticos, funcionando como garantia para a natureza ubíqua dos discursos de alianças” (REDCLIFT, 2002: p.127).

Nesta parte introduzimos a idéia de dois pólos no pensamento de desenvolvimento sustentável, o *mainstream* e as *contra correntes*, lembrando que também existem muitas variações de posições em torno do assunto. Utilizando o trabalho de Adams (2001) como referência principal tratamos de oferecer uma visão dos extremos no pensamento de como fazer e o que significa desenvolvimento sustentável.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL MAINSTREAM - *Um consenso central dentro do pensamento - as características:*

- Permanece dentro do sistema de industrialismo capitalista e desenvolvimentismo
- Reformismo global
- Ambientalismo de mercado
- Economia ambiental: capital natural e cultural
- Modernização ecológica
- Tecnologia, necessidades básicas, e participação
- Tecnocentrismo
- Populista
- Governos, ONGs internacionais/multinacionais, empresas e outros.

(ADAMS, 2001)

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONTRA CORRENTES

“Desenvolvimento capitalista que é sustentável e ecologicamente forte é uma contradição em termos” (PEPPER, 139 citado em ADAMS, 2001).

Exemplos dos grupos - contra correntes:

- Ecosocialismo

- Ecoanarquismo
- Ecofeminismo
- Ecologia Profunda
- Ambientalismo radical

As características:

- Críticas das teorias neomalthusianas
- Críticas verdes de desenvolvimentismo
- Muitas vezes proponentes de desenvolvimento de baixo para cima, participatório, mais igual e muitas vezes ecocêntrico

(ADAMS, 2001)

Surge a questão de que mesmo dentro desses dois pólos no pensamento de Adams, existem muitas divergências e o fato de que é dificilmente generalizada a paisagem de quem é quem nessa discussão. Até poderíamos reforçar a questão dos dois pólos no campo de discussão e a chamarmos da grande polarização de sustentabilidade. Nesta concepção, de um lado o *mainstream*, com a crise de mercado - no sentido de adaptar ou reformar o sistema de consumo e produção. Do outro lado, as *contra correntes*, com a crise de modelo – no sentido de que é preciso construir novas relações e que a reforma não resolverá a questão da sustentabilidade. Em torno desses dois pólos existem outras posições, que envolve não somente questões do meio ambiente, mais também outras questões de sustentabilidade.

IV. LIMITES E DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Conforme Almeida (1998), a discussão sobre o tema desenvolvimento sustentável está polarizada entre duas concepções: primeiro, o conceito/idéia gerado dentro da esfera da economia, sem ignorar o social. Incorpora-se a natureza à cadeia de produção, com a natureza passando a ser um bem de capital. Segundo, uma idéia que tenta quebrar a hegemonia do discurso econômico e a sua expansão, indo além da visão instrumental, restrita, que a economia impõe à idéia/conceito, introduzindo elementos econômicos, sociais e ambientais que são desafiadores do ponto de vista de muitas áreas do conhecimento.

No caso do desenvolvimento rural, a noção de sustentabilidade apresenta dúvidas e contradições. Um desafio é o de conceituar desenvolvimento sustentável de forma que seja aceita pelos atores e agentes econômicos envolvidos com o desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Porém, a definição que mais se aproxima da aceitação é a do *Relatório Brundtland*, que, como foi discutido anteriormente, apresenta problemas na interpretação.

A concepção econômica do “desenvolvimento sustentável” aponta para novos mecanismos de mercado para impor limites à produção e considerar a capacidade de suporte dos recursos naturais, inclusive via taxaço proporcional à quantidade de poluição gerada (MENEGETTI, 2005). Outra concepção de desenvolvimento sustentável, parte do princípio de que a ética deva ser considerada ao invés da racionalidade econômica, com as opções políticas passando a ter relevância para essa concepção (MENEGETTI, 2005).

Na prática, muitas vezes, desenvolvimento é o que os estados e os seus especialistas projetam para as sociedades - com o nome de modernidade, integração nacional e crescimento econômico. É esta

verdade de desenvolvimento - imposta, centralizadora e muitas vezes alienada das necessidades da população - que o *greening* de desenvolvimento tenta desafiar. Uma parte das limitações do pensamento de desenvolvimento sustentável (e a sua receita técnico-reformista) é a sua deficiência em tratar da economia política. Sem uma teoria de como funciona a economia mundial, e sem teorias sobre as relações entre o povo, capital e o poder do estado o pensamento de desenvolvimento sustentável - e a maioria da ação ambientalista - é altamente limitado. O poder e a iniciativa de desenvolvimento são altamente centralizados, globalmente e nacionalmente.

A proposta de Adams tem como foco os direitos do indivíduo de escolher e controlar o seu próprio caminho para mudança, em vez de tê-lo imposto. A alternativa verde ao desenvolvimento não é simplesmente sobre reformas de política ambiental, ela também oferece uma provocação às estruturas e suposições de desenvolvimento. Ela se baseia primeiramente sobre pobreza e necessidades humanas.

Programas dentro da proposta de *desenvolvimento verde* deveriam começar com as necessidades básicas, de conhecimento e aspirações individuais, e trabalhar para construir e aumentar a capacidade de ajudar a si mesmos. A agenda verde, então, é radical, mas também é aberta, flexível e diversa.

Ao se reconhecer que os discursos de ‘sustentabilidade’ atingiram o centro da política ambiental internacional, é preciso examinar mais detalhadamente a agenda política e intelectual que eles propõe. Ou então: a natureza crescentemente discursiva da política ambiental internacional, em suas tentativas a procurar, ou reivindicar legitimidade, apresenta outros perigos. Desde o desenvolvimento do *Relatório Brundtland*, em 1987, o ambiente natural tem estado intimamente ligado à satisfação das ‘necessidades’ humanas - e depois também para os ‘direitos’ humanos.

As questões ambientais se transformaram em objetos de políticas, sendo elaboradas por diferentes atores políticos e coalizações de discursos. Com as mudanças na materialidade e na consciência, começamos a entrar num mundo no qual a ‘sustentabilidade’ significa novas realidades materiais, bem como novas posições epistemológicas. “O desafio das ciências sociais é, portanto, identificar as maneiras pelas quais as mudanças materiais - no meio ambiente físico, nas tecnologias de informação e no corpo humano - requerem que refaçamos a idéia de sustentabilidade. São essas mudanças que futuras pesquisas devem focalizar” (REDCLIFT, 2002: p. 135).

V. DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

Quando se fala em Desenvolvimento Rural tratamos de um processo social e sócio-econômico. Basicamente estimula-se a refletir sobre mudanças sociais, econômicas e culturais nos espaços rurais (SCHNEIDER, 2005). Durante as décadas de 50 e 60, a noção de desenvolvimento rural foi concebida como a intervenção do Estado articulando-se com agroindústrias e empresários capitalistas, com o objetivo de promover a modernização do campo. (VEIGA, 1991).

Esta concepção de desenvolvimento “de cima para baixo” caracteriza a presença do estado como regulador. A partir de meados da década de setenta surge a noção de sustentabilidade que veio a comprovar a insustentabilidade deste modelo de desenvolvimento.

A busca de sustentabilidade na agricultura pode se dar de duas formas: 1. A dominante no meio técnico-científico e econômico que está “sentada” no paradigma da moderna agricultura. 2. A que busca a sustentabilidade através da harmonização das atividades agrícolas com as qualidades do meio; se contrapondo ao modelo anterior (MENEGETTI, 2005).

Agricultura sustentável pode ser definida como uma agricultura ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, humana e adaptativa (REIJNTJES *et al.*, 1992). Algumas definições incluem ainda: segurança alimentar, produtividade e qualidade de vida (STOCKLE *et al.*, 1994).

O debate em torno da agricultura sustentável, atualmente, gira em torno de duas vertentes, de um lado aqueles que defendem esse tipo de agricultura como um objetivo ou projeto. De outro lado, aqueles que querem estabelecer e implantar um conjunto de práticas ou regras produtivas mais ambientalistas, se comparadas com o modelo convencional.

A noção de desenvolvimento sustentável traz consigo, as incertezas das definições de agricultura sustentável, porém, com dificuldades ainda maiores devido à falta de consenso no conceito e princípios do “desenvolvimento”. Pensando nos desafios para aqueles que lutam por esta nova forma de fazer agricultura, pode-se questionar:

- É possível conciliar a máxima que atende pelos apelos do socialmente equitativo, do ambientalmente equilibrado e o do economicamente eficiente e produtivo?
- Seria possível integrar as diferentes disciplinas na geração de novos conhecimentos?
- Como poderíamos construir indicadores de sustentabilidade?
- A capacidade das forças sociais de imprimir sua marca nas políticas públicas, para que estas venham a afirmar política, econômica e socialmente a opção pela agricultura familiar como forma social de uso da terra que melhor responde a noção de sustentabilidade e as necessidades locais, regionais e do país.
- Outra dificuldade da noção de agricultura sustentável reside no seu caráter interdisciplinar, pois diversas áreas do conhecimento devem ser integradas para maior e melhor compreensão dos sistemas agrícolas.
- A confusão e/ou imprecisão conceitual da agricultura sustentável cria em torno de si diferentes posições. Segundo Veiga (1991), essas posições abrangem uma diversidade de tendências religiosas, ideológicas e visões de mundo que muitas vezes são contraditórias.

VI. O QUÊ REALMENTE ESTÁ EM JOGO?

Sustainable development offers no escape from the dilemmas of development. The huge achievement of the debate about sustainability has been that it has expanded the horizons of development thinking to embrace the environment. It offers no resolution of the moral ambiguities inherent in development. It offers no route around development's hard choices (ADAMS, 2001: p. 369).

Ao longo deste trabalho destacamos alguns comentários a respeito do que realmente está em jogo e alguns aspectos positivos. Constatamos que estão em jogo, o uso das florestas naturais, o uso dos recursos naturais e a existência de projetos em diferentes escalas com predominância na concepção econômica. Como aspectos positivos, identificamos o surgimento de novos elementos e novas relações entre os diversos atores que se encontram na arena da disputa do poder, do saber e da hegemonia.

Concluimos que, para fins da análise acadêmica, a noção de sustentabilidade dificilmente pode ser tratada como uma estratégia de reprodução e transformação social no espaço, no tempo e na sociedade, sem tratar das questões de quem é quem, o que está em jogo e que tipo de sustentabilidade queremos. E que a abordagem da temática do desenvolvimento (rural e até mesmo regional) “sustentável” significa apresentar a integração das ciências sociais e ciências naturais, trazendo a perspectiva multidisciplinar de diversas concepções, análises e sobretudo a dificuldade de problemáticas interdisciplinares e de maneira mais específica o domínio do poder cultural hegemônico.

Com vários exemplos de concepções teóricas e acadêmicas, demonstramos que existe uma grande diversidade de pensamento (inclusive críticas e propostas) em torno da idéia de desenvolvimento sustentável. O nosso objetivo foi de introduzir os problemas inerentes na tentativa de conceitualizar e de praticar uma noção tão flexível, ambígua e talvez vaga, para que se pudesse considerar e questionar as capacidades e possibilidades de desenvolvimento sustentável em geral, na agricultura e no desenvolvimento rural.

VII. A PLURIATIVIDADE

A pluriatividade entendida como a combinação da atividade agrícola com atividades não-agrícolas por membros de uma mesma unidade familiar, seria uma expressão dessa tendência decorrente de um “transbordamento do urbano sobre o rural” (SILVA, 1999) responsável pela introdução de novas alternativas de trabalho para a população rural, sobretudo a originária de famílias de pequenos agricultores. Esse “novo rural brasileiro” se caracterizaria pela diminuição do peso da agricultura na manutenção dessas famílias o que é entendido por alguns como evidência da falência de certas formas da agricultura familiar. Além disso, se caracterizaria também pela não identificação do espaço rural à atividade agrícola, se é que podemos dizer que algum dia houve esse rural exclusivamente agrícola.

Ou, a argumentação contrária onde a pluriatividade não seria uma prática estranha às dinâmicas de reprodução social das famílias agrícolas atuando, portanto, muito mais como mecanismo de

manutenção e dinamização da atividade agrícola ou das famílias do que como uma ameaça ou negação da forma familiar de produção agrícola. Ela não seria, portanto algo transitório e conjuntural, mas também não poderia ser generalizada para toda e qualquer situação, sendo característica de determinados contextos onde a articulação das famílias com o mercado se dá através de atividades não-agrícolas ou para-agrícolas e não mais pela produção (SCHNEIDER, 2005).

Diversos estudiosos das condições de vida e de produção da população rural demonstraram que o recurso às atividades não agrícolas por membros de famílias camponesas foi recorrente, em diferentes fases da história e em diferentes países, como mecanismo de garantir a manutenção desses grupos familiares. Tais práticas eram mais comuns em períodos em que a agricultura demanda menor tempo de trabalho.

Em outras palavras, considerando a indagação acima, a noção de pluriatividade deva ser restrita às situações decorrentes da crise da modernização da agricultura e de ampliação de alternativas de emprego ou ocupação oriundas do estreitamento das relações campo-cidade.

Por outro lado, a pluriatividade pode ser praticada em determinadas situações e ser abandonada posteriormente tanto para o retorno à prática exclusiva da agricultura (o que não parece ser a tendência atual) quanto para ser substituída por outras estratégias familiares como, por exemplo, a de abandono definitivo da atividade agrícola. Podemos sugerir que esta última situação ocorre, sobretudo, em casos onde as duas atividades são exercidas por um mesmo indivíduo (o chefe da unidade produtiva, por exemplo) e não por membros diferentes de uma mesma família (o marido na agricultura e mulher na atividade não agrícola) (CARNEIRO, 2005).

VIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho discutimos as diferentes noções em torno do conceito de desenvolvimento sustentável, as suas implicações no que se refere ao desenvolvimento rural, bem como os diversos grupos de interesses envolvidos. Vimos, ainda, como a prática da pluriatividade no meio rural pode ser funcional para a sustentabilidade da agricultura e da família camponesa.

Uma questão não resolvida satisfatoriamente no debate sobre a sustentabilidade refere-se à determinação das necessidades vitais presentes e futuras da população mundial. Sabe-se que essas necessidades variam substancialmente ao longo do tempo. Como prever e antecipar as necessidades das gerações futuras?

Outro fator geralmente ignorado no debate diz respeito ao desenvolvimento tecnológico. Considerando o ritmo e a intensidade das inovações tecnológicas, é lícito supor que as necessidades das gerações futuras poderão ser satisfeitas com um grau significativamente

menor de dependência e comprometimento dos recursos naturais. Essa suposição está na base dos teóricos do determinismo tecnológico.

Finalmente, vimos que os interesses em jogo na questão da sustentabilidade são contraditórios e conflitantes. Afinal, o desenvolvimento sustentável é preconizado tanto pelos grupos conservacionistas, que agitam a bandeira da preservação dos recursos naturais e da justiça social, como pelos advogados do capital e do desenvolvimento capitalista, que identificam novas oportunidades de investimento e de reprodução do capital nas políticas públicas que inserem preceitos de sustentabilidade nos seus projetos.

Enfim, tudo indica que estamos diante de uma idéia-força que ainda deverá produzir significativos avanços, tanto na academia como na arena política.

BIBLIOGRAFIA:

ADAMS, W.M. *Green Development: environment and sustainability in the Third World*. 2nd Edition, New York: Routledge, 2001.

ALLEN, P. *Connecting the social and the ecological in sustainable agriculture*. In *Food for the future: conditions and contradictions*. New York, 1993. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**.

ALMEIDA, Jalcione. “Da Ideologia do Progresso á Idéia de Desenvolvimento (Rural) Sustentável” In: **Reconstruindo a agricultura: Idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento**. ALMEIDA, Jalcione & Navarro ZANDER. UFRGS: Porto Alegre, 1998, p. 33-55.

BRÜSEKE, Franz Josef. “O Problema do Desenvolvimento Sustentável” In: VIOLA, Eduardo *et al.* (Org.) **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: Desafios para as Ciências Sociais**. Santa Catarina: Cortez Editora, 1995, p. 29-40.

CARNEIRO, Maria José. **Pluriatividade da agricultura no Brasil: uma reflexão crítica**. In: I Seminário Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: NEAD/PGDR/UFRGS, 2005.

CROUCH, M.L. *Biotechnology is not compatible with sustainable agriculture*. *Journal of Agricultural and Environmental Ethics*, 1995. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

GODARD, Olivier. “O Desenvolvimento Sustentável: Paisagem Intelectual” In: Castro, Edna & Florence Pinton (Org). **Faces do Trópico Úmido: conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente**. Editora cejup, 1997.

Keeney, D.R. *Sustainable agriculture: definition and concepts*. *Journal of Production Agriculture*, 1990. v.3, p.281-285 Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

KLOPPENBURG, J.R.. “Social theory and the de/reconstruction of agricultural science: Local knowledge for an Alternative Agriculture”. *Rural Sociology*. v.56, n.4, 1991. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

MENEGETTI, Gilmar Antônio. “Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar” <http://www.emater.tche.br/site/biblioteca/ptbr/html/basedados/digital/art18.pdf>. Acessado em Outubro de 2005.

PRETTY, J.N.. “Participatory learning for sustainable agriculture”. *World development*, 1995. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

REDCLIFT, Michael R. “Pós-Sustentabilidade e os Novos Discursos de Sustentabilidade” *Raízes*, Campina Grande, vol. 21, no. 01, p. 124-136, jan./jun. 2002.

REIJNTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. *Farming for the future: an introduction to low-external-input and sustainable agriculture*. The Macmillan Press, 1992. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

SCHNEIDER, Sergio. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. Porto Alegre, UFRGS, 16 set. 2005. Palestra ministrada aos professores, alunos e convidados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da UFRGS.

_____. “O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural”. Texto apresentado no Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, MDA, Brasília, agosto, 2005.

SILVA, J.G. **O Novo Rural Brasileiro**. Campinas, S.P. Coleção Pesquisas, n.1. São Paulo: Unicamp, Instituto de Economia, 1999.

STOCKLE, C. O. PAPENDICK, R. I.; SAXTON, K. E.; VAN EVERT, F. K. “A framework for evaluating the sustainability of agricultural production systems”. *American Journal of Alternative Agriculture*, 1994. Apud MARCATTO, Celso. **Agricultura Sustentável: Alguns Conceitos e Princípios**. Disponível em <http://www.sur.iucn.org/ces/documentos/documentos/943.pdf>

VEIGA, J. E. O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica. São Paulo: Edusp-Hucitec, 1991. Apud ALMEIDA, Jalcione; ZANDER, Navarro. **Reconstruindo a agricultura: Idéias e idéias na perspectiva do desenvolvimento**. UFRGS: Porto Alegre, 1998.

WANDERLEY, M. N. B. A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRA, N. (Comp.). *Una nueva ruralidad in America Latina?* Buenos Aires: CLACSO/ASDI, 2001. p.31-44. Apud VERDE, Valéria Villa. **Territórios, Ruralidade e Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, fev. 2004.